

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1051 - 27/11/2017

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

Reforma da Previdência

Novo texto mantém principais ataques aos trabalhadores

Presidente golpista quer votar texto no começo de dezembro

O golpista Michel Temer, em sua tentativa de atrair votos para aprovar a mais impopular das medidas que um governo pós-ditadura propôs, procurou "suavizar" o texto, mas de concreto, só aprofundou o pacote de maldades que tramita hoje no Congresso Nacional.

O benefício pelo teto do INSS baixou agora para 40 anos de contribuição, contra os 49 pretendidos inicialmente pela Reforma, mas foram mantidas as idades mínimas de aposentadoria para homens (65 anos) e para mulheres (62 anos) que, se aprovada a reforma, deverão vigorar de forma progressiva até 20 anos após a promulgação da lei.

O discurso de que os mais ricos ganham muito mais do que a maioria dos contribuintes que se aposentam, embora constasse da verborragia oficial, em nenhum momento foi posto em prática, resultando que os privilégios continuarão

existindo devendo os ônus da contrarreforma caírem novamente sobre os ombros dos menos favorecidos.

ATAQUE AOS SERVIDORES PÚBLICOS

O grande alvo da pseudo reforma é agora o servidor público, que deverá pagar o pato de um déficit inexistente e que, como já foi inúmeras vezes demonstrado por economistas, só acontece devido ao desvio das verbas arrecadadas pela Previdência para o pagamento do ônus de nossa dívida pública, a chamada bolsa-banqueiro que provoca a sangria em nossos cofres públicos.

Se aprovada a reforma da Previdência os servidores deverão enquadrar-se nos mesmos parâmetros de aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada, porém não terão direitos como o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, que os chamados Cltistas têm. O tempo mínimo de

contribuição para a aposentadoria dos servidores deverá ser de 25 anos, enquanto que no serviço privado será de 15 anos.

Até o fechamento desta edição não tivemos acesso ao novo texto integral da proposta defendida por Temer, mas o relator Arthur Maia havia introduzido em seu relatório um parágrafo que tirava dos aposentados o direito aos 40% de multa do FGTS em caso de demissão do trabalhador. Também existia no texto original a proibição de que o trabalhador continuasse a trabalhar após a sua aposentadoria.

MOBILIZAÇÃO

Michel Temer pretende colocar em votação a Reforma nas primeiras semanas de dezembro. Embora as lideranças partidárias avaliem que ainda faltam votos para a sua aprovação, essa dúvida só aponta para a necessidade de o governo corrupto desviar mais

verbas para satisfazer o apetite de sua base. Estima-se que deverão ser gastos mais de R\$ 600 milhões em emendas de deputados ainda em "dúvida" sobre seu posicionamento.

A única resposta capaz de barrar a ameaça representada pela Reforma da Previdência será a mobilização dos trabalhadores construindo imediatamente um amplo processo de discussão e preparação de uma greve geral contra o governo Temer e suas reformas.

As centrais sindicais aprovaram no dia 10/11 uma resolução de que em caso de encaminhamento da proposta para votação da Reforma neste ano os trabalhadores deveriam iniciar um processo amplo de mobilização que encaminhasse para uma paralisação nacional. As mobilizações que se iniciam nesta semana como a dos servidores públicos federais, encaminham para a realização de uma nova greve geral.

**ABAIXO O GOVERNO TEMER!
DERRUBAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!
REVOGAR A REFORMA TRABALHISTA
E A TERCEIRIZAÇÃO!
RETOMAR A GREVE GERAL!**

FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!

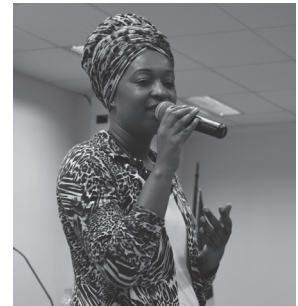
**Associe-se
à AFAPUC**

Seminário analisa Marxismo e questão racial

Na noite de 21/11, no auditório 333, aconteceu o primeiro seminário "Marxismo e a questão racial". Mediado por Eliana Silva, o evento contou com presença do Prof. Dr. Silvio Almeida, Prof. Ms. Marcio Farias e Prof. Dra. Renata Gonçalves. No início do debate a poeta e assistente social, Debora Garcia, fez uma intervenção cultural com seus poemas autorais, do livro Corações, que falam da luta da mulher negra. Promovido pelo NEAM (Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista/PUC-SP), a noite foi repleta de discussões sobre a questão racial a partir do marxismo. As falas encaminharam para a constatação de que, no sistema que o mundo se encontra, capitalismo, os proletariados que mais sofrem são os negros. Marx, em seus estudos, indica várias caminhos para construir uma análise sobre a questão racial.

O professor Silvio Almeida, por sua vez, disse: "A partir dessa constatação, é possível uma análise materialista do racismo". Este debate é perceptível, segundo o professor, à medida que grandes transformações sociais foram acontecendo no século XX. Assim, o debate foi fervorosamente marcado por um auditório repleto de alunos que lutam contra a desigualdade racial num país que, segundo o professor Marcio Farias, se encontra na periferia do capitalismo.

À tarde foram apresentadas onze pesquisas de estudantes de graduação e pós graduação em Serviço Social da PUCSP e Unifesp Baixada Santista bem como de es-



STHEFANE MATTOS

Alguns momentos do Seminário: acima à esquerda, a mesa que reuniu os professores Marcio Farias, Eliana Silva, Silvio Almeida e Renata Gonçalves; à direita a intervenção de Débora Garcia; abaixo todos os integrantes do Seminário.

Manifesto do Seminário Marxismo e Questão Racial

Nós, presentes no Seminário Marxismo e Questão Racial, realizado em 21/11 na PUC-SP, campus Monte Alegre, seminário este organizado pelo Núcleo de Estudos e Aprofundamentos Marxistas (NEAM), coordenado pela professora Maria Beatriz Costa Abramides, vimos por meio deste manifesto nos solidarizar e denunciar a situação dos imigrantes africanos, principalmente os vindos de Angola e Congo. A estes imigrantes são negados direitos fundamentais garantidos na lei 6815 e no artigo 5º da Constituição Federal, que garante que nacionais e estrangeiros gozem dos mesmos direitos básicos.

O racismo que violenta cotidianamente a população negra brasileira os afeta duplamente,

tudantes da graduação da UNISA.

Os temas versaram sobre marxismo e questão racial, a questão racial na formação e no exercício profissional, sistema

na condição de negros e na condição de "estrangeiros". Sua condição de trabalhadores negros no país reflete de modo evidente as formas de opressão que a população negra enfrenta, e contra as quais resistem bravamente no seu cotidiano. Ademais as condições de vivência e permanência enquanto imigrantes são acirradas devido às dificuldades de reprodução de suas vidas, entre estas os impasses em torno da habitação, por exemplo, são comuns residências com mais de sete pessoas uma vez que não conseguem os documentos necessários para o aluguel, mesmo tendo recursos financeiros em quantidade suficiente. Os preconceitos são diários e sem pausa e vão desde sentar-se no banco ao lado no

prisional repressivo, abolicionismo, genocídio da população negra, práxis pedagógica baseada na experiência revolucionária bolchevique, medidas coer-

transporte público, às "suspeitas" quando acessam estabelecimentos comerciais.

Percebemos que apesar da abertura e possibilidade de estada, muitas são as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes africanos no que concerne principalmente ao acesso ao mercado de trabalho, tais barreiras estão diametralmente ligadas com a cor da pele destes imigrantes. Muitos possuem formação de nível superior e pós doutorado, contudo os empregos ofertados para esta camada são os mais precarizados e não condizem com a formação acadêmica. Ou seja, o país da "democracia racial" e dos braços abertos aos imigrantes fere violentamente tanto a população negra nacional como seus irmãos africanos.

citivas e racismo institucional, a necessidade dos fundamentos da questão racial na formação profissional no âmbito da formação sócio histórica do país.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Ana Amoroso, Marina D'Aquino

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba, Victoria C. Weischardt, Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br – PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

Novembro na PUC-SP é azul na prevenção ao câncer de próstata

Mais uma vez funcionários e professores se uniram para levantar a importância da prevenção do câncr de próstata.

Por todo o campus Monte Alegre e em outros campi, a comunidade vestiu azul e se manifestou numa alegre e conscientizadora mobilização.



ANA AMOROSO



ANA AMOROSO



Mais alguns momentos de união da comunidade: ao alto a tradicional foto no Patio da Cruz; ao centro a reitoria se integra à campanha (esq) e os funcionários da SAE (dir); abaixo, da esquerda para a direita segurança e portaria, DRH e FEA.

Continua a compensação de horas visando o recesso

A AFAPUC, no cumprimento da decisão tirada em assembleia dos funcionários, procurou a FUNDASP para ponderar algumas questões quanto à forma definida para a compensação de horas que viabilizariam o recesso de fim de ano, contudo, não foi recebida. Mediante a negativa esta Associação procurou a Reitoria, que em reunião do CONSAD, tentou retomar o assunto, mas também sem sucesso.

Na impossibilidade deste atendimento a Associação pro-

curou o Sindicato na busca de esclarecimentos e na ocasião recebeu a informação que já estavam cientes dos fatos, pois já havia consulta formalizada. O SAAESP informou, também, que tentaria um contato com a Instituição para esclarecer e pontuar algumas questões. Feito o contato com a DRH e mediante a informação de que não possuíam autonomia para nenhuma alteração por se tratar de decisão superior, o SAAESP decidiu chamar uma mesa conciliatória que

foi realizada na data de 22/11.

Nessa mesa estavam presentes os advogados do Sindicato e da Mantenedora. Foram pontuadas as dificuldades por parte de alguns funcionários no cumprimento da compensação na forma proposta, bem como a antecipação das férias para aqueles funcionários que não concordaram com a compensação e outras questões relacionadas à antecipação da aplicação de procedimentos definidos pela nova legislação trabalhista.

Em 23/11/2017 a Associação foi chamada pelo SAAESP e informada que mesmo com todas as ponderações, houve por parte da Mantenedora o posicionamento de cancelamento do recesso caso as prerrogativas da FUNDASP não fossem aceitas. A AFAPUC optou por manter a compensação já praticada, mas ponderou a importância da Mantenedora discutir os casos excepcionais para que se encontre soluções adequadas à todos os funcionários desta Universidade.

GAUCHE NA VIDA

Quatro motivos para ser a favor da legalização do aborto e lutar contra a PEC 181

Amanda Navarro

Cerca de 22 milhões de abortos clandestinos e inseguros são feitos por ano em todo o mundo e 47 mil mulheres morrem por complicações destes procedimentos realizados em condições insalubres e perigosas. Os dados da Organização Mundial de Saúde não trazem a tona nenhuma novidade, além de serem valores subestimados, já que o aborto é criminalizado em alguns países, como no Brasil.

Quando o assunto é aborto o debate perpassa por diferentes óticas: religião, biologia, moralismo ou punitivismo. Entretanto, nenhuma dessas óticas dialoga com a realidade das mulheres nos países onde o aborto é considerado crime. As estatísticas não são apenas números para chocar e sim traduzem que o debate sobre o aborto deve ser feito sob bases concretas, como a questão da classe a qual a esmagadora maioria das mulheres pertence e o debate sobre Saúde Pública.

Veja abaixo quatro motivos para debater e lutar pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito:

1) Quem lucra com os abortos clandestinos?

Criminalizados ou não, abortos são feitos. No Brasil, o aborto é considerado crime e por este motivo os

métodos para a realização deste procedimento estão nas mãos de médicos e do mercado ilegal de drogas abortivas. O procedimento de aborto cirúrgico pode chegar a custar para uma mulher mais de 4 mil reais, e os remédios, que são impróprios e que levam ao aborto devido à uma superdosagem, podem custar mais de R\$ 500. Quem lucra com o aborto criminalizado são as clínicas clandestinas que cobram preços absurdos e que muitas vezes estão em condições completamente insalubres para a realização do procedimento, colocando em risco a vida de muitas mulheres.

2) Quem paga pelo aborto criminalizado?

Muitas mulheres abortam. Mas somente as mulheres ricas conseguem garantir um procedimento minimamente seguro à saúde. As mulheres pobres são as que colhem o ônus do aborto ilegal, recorrendo à estratégias que ferem seu próprio corpo, sem nenhuma segurança física e nenhum suporte emocional. Aquelas que não podem pagar para ter um procedimento minimamente seguro, apelam para remédios e objetos pontiagudos, que podem levar a sequelas graves, hemorragias e até a morte.

3) Como o SUS lida com o aborto clandestino?

Por ser crime, muitas mulheres realizam abortos

clandestinos e têm complicações, recorrendo ao hospital público e não assumindo ter realizado o procedimento, por medo de serem presas. Em 2015, o SUS gastou cerca de R\$ 40,4 milhões de reais com procedimentos pós-abortivos que não foram feitos de maneira segura. O SUS atende 100 vezes mais casos de complicações feitas por abortos do que faz interrupções legais, ou seja, o aborto não deixará de existir e não deixará de vir a tona para nosso sistema de saúde por ser ilegal.

4) O que significa a PEC 181?

Atualmente, o aborto é legal em casos de estupro, quando a mãe corre risco de vida ou em casos de fetos com anencefalia. A PEC 181 quer incluir na constituição um trecho que enfatize a segurança da "dignidade da pessoa humana desde a concepção". A mudança não tem relação com o texto da lei que está sendo votada, ou seja, o que se quer é abrir uma brecha na lei para punir mulheres por procedimentos abortivos, ainda nas condições permitidas em lei. A PEC 181 aprofunda o atraso no direito ao corpo, que em termo de aborto é praticamente inexistente no Brasil, aumentando o estigma e penalizando as mulheres não só pela gravidez indesejada, mas pelo estupro sofrido, fazendo com que gerem um feto fruto de uma violência.

No Brasil, a cada minuto uma mulher realiza um procedimento abortivo. Esse procedimento ocorre nas condições mais violentas contra o corpo e mente dessas mulheres.

Sabemos que a criminalização do aborto não impede que abortos aconteçam e sigam acontecendo. A questão é garantir que mulheres parem de morrer por realizar um processo que seja seguro e torná-lo acessível a todas as mulheres. A legalização do aborto deve ultrapassar o debate sobre a vida, que mistura a concepção científica com religiosa, e deve se aprofundar nas questões de classe e gênero. A maternidade compulsória e indesejada, bem como impedir mulheres de fazer aborto seguro e gratuito, é uma ferramenta de punição e controle sobre os corpos femininos, justificados numa lógica machista e conservadora.

A PEC 181 representa um profundo retrocesso e um ataque brutal ao direito das mulheres. Precisamos compor uma forte luta contra esta PEC, pela legalização do aborto, em defesa das mulheres e pela liberdade à escolha e ao corpo.

Amanda Navarro escreve para o blog esquerda diário. O artigo acima pode ser encontrado em <http://www.esquerdadiario.com.br/4-motivos-para-ser-a-favor-da-legalizacao-do-aborto-e-lutar-contr-a-PEC-181>.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Medida Provisória piora a Reforma Trabalhista

A Medida Provisória editada na quarta-feira, 14/11, pelo presidente golpista Michel Temer, piora o que já era péssimo no texto da Reforma Trabalhista.

Para Temer a medida provisória deveria regular alguns pontos para resguardar os direitos dos trabalhadores, mas o que se viu na prática foram mais ataques a esses direitos, dando mais brechas para que as empresas explorem os trabalhadores.

Uma das maiores aberrações da lei da reforma trabalhista foi a criação de uma nova modalidade de contrato de trabalho: o intermitente, que permite jornada de trabalho descontínua, com pagamento por horas ou dias. A medida estabelece que são necessários 18 meses para a migração de um

contrato tradicional para um de caráter intermitente. Além disso, as novas regras vedam aos trabalhadores intermitentes o acesso ao seguro-desemprego.

Pela redação aprovada inicialmente com a Reforma, a mulher poderia trabalhar em locais de insalubridade média ou mínima, a menos que apresentassem um atestado indicando o afastamento.

A medida proíbe o trabalho em ambiente insalubre, mas permite a exceção se a gestante apresentar um atestado liberando o serviço. Ou seja, a trabalhadora seguirá sob a ameaça de pressão da empresa, podendo ser obrigada a trabalhar em local que prejudique a sua saúde. No caso das mulheres que estiverem amamentando, no entanto, vale a regra prevista inicial-

mente pela lei da reforma.

Pela Medida Provisória as ajudas de custo, ainda que habituais, não integram a remuneração do empregado desde que limitadas a 50% do salário mensal. Ou seja, a empresa pode manter pagamento de direitos que, por lei, eram integrados ao salário, como se fossem extras não entrando na contagem para IR, FGTS e contribuição ao INSS. No nosso caso, por exemplo, se a PUC-SP não quiser pagar FGTS ou 13º sobre verbas de representação ou outros valores que não componham diretamente o salário de professor ou funcionário, estará isenta.

Assim o novo texto consegue avançar nos ataques ao trabalhador, deixando-o mais vulneráveis às mazelas dos empresários.

Na Bahia docentes são ameaçados por pesquisa sobre gênero

Três docentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e uma estudante de mestrado foram recentemente ameaçados por conta da temática das pesquisas que realizam. Uma das docentes, que participa do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), grupo de estudos sobre gênero e sexualidade criado em 1983, foi ameaçada de morte por meio de mensagens na internet.

Em resposta às ameaças a comunidade acadêmica da UFBA se mobilizou. Na quarta, 22/11, mais de 300 docentes, estudantes e técnico-administrativos - em greve - realizaram uma manifestação de solidariedade às quatro pessoas ameaçadas. Um grande ato público em defesa da universidade e da democracia está sendo organizado para os próximos dias. A manifestação deve ser articulada com outros setores da sociedade, como a (OAB).

PEC CAVALO DE TROIA

Até o fechamento desta edição não havia acontecido a votação dos destaques da PEC 181, denominada de Cavalos de Troia, que elimina da Constituição até o aborto legal em casos de estupro. A oposição aos retrógrados grupos evangélicos do Congresso Nacional, seguindo o clamor de entidades de direitos humanos internacionais, reivindicavam a eliminação dos parágrafos que suprimiam às mulheres gestantes vítimas de estupro o direito de praticarem o aborto.

Servidores públicos protestam em Brasília

Os servidores públicos federais estão organizando uma manifestação em Brasília nesta terça-feira, 28/11. O protesto foi definido pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), e tem, entre seus eixos, a luta contra a Medida Provisória 805/2017, contra a Reforma da Previdência e pelas revogações da Emenda Constitucional 95 - que congelou o orçamento da União para despesas primárias -, e da Lei das Terceirizações, além de outros ataques aos direitos dos trabalhadores e aos serviços públicos federais em todo o país.

Os professores das universidades públicas também deverão engrossar a manifestação. O Andes-SN também está chamando os docentes a participarem do ato. Os professores deverão se incorporar ao ato reivindicando também a revo-

gação da Emenda Constitucional 95/16 que congela os investimentos públicos por 20 anos.

Os servidores deverão se dirigir em caravana a Brasília realizando uma concentração na Praça dos Três Poderes às 9h do dia 28/11.

Estudantes da UFRRJ realizam ocupação

Os estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro estão pedindo apoio para a ocupação que o Centro Acadêmico de Serviço Social Dandara dos Palmares vem levando a cabo na Baixada Fluminense.

Os estudantes dirigiram-se às principais entidades de Serviço Social reivindicando solidariedade à sua atitude, para que se abra um diálogo efetivo entre a direção da universidade e os discentes do curso.

ROLA NA RAMPA

Dona Dina



Na semana passada faleceu Maria Divina Martins Silva, que todos conheciam como Dona Dina, uma das mais emblemáticas funcionárias da antiga Comfil, hoje Faficla. Nascida em 2 de agosto de 1931, Dona Dina ingressou na Comfil no dia 16 de março de 1976, permanecendo na

mesma unidade até 20 de dezembro de 2012. Era impossível entrar nas salas da Comfil (que ficavam no corredor da Cardoso, onde iria se construir um prédio, mas prevalece um estacionamento) sem esbarrar no carinho e atenção de Dona Dina. Quando se desligou da universidade em 2004

restou à Faculdade de Comunicação e Filosofia um vazio muito grande, que só não é maior que o de agora quando somos informados de sua morte. Mais um pedaço da universidade se vai nesta PUC tão diferente dos tempos de resistência, companheirismo e amizade.

Palestra enfoca o Novembro Azul

Dentro das atividades programadas para este mês de novembro na PUC-SP a Cia dos Livros, CIPA-Monte Alegre, DRH e Fundasp, promovem no dia 27/11 a palestra Novembro Azul: Conscientização - abrace essa causa. O palestrante será João Carlos Souza Costa, enfermeiro oncologista dos Hospitais Albert Einstein e São Camilo. A exemplo de toda mobilização ocorrida na universidade neste mês a palestra tem como objetivo a conscientização da comunidade sobre a prevenção ao câncer de próstata. O evento acontecerá na sala 119-A, às 10h. É necessário fazer inscrição pelo email rh_beneficios@pucsp.br. No dia haverá sorteio de livros e os presentes receberão certificado de participação.

Seminário discute os desafios à a formação de professores

No próximo dia 28 de novembro, às 9:00h, no auditório 239 acontecerá o I Seminário Interinstitucional do PIBID PUC/SP e MacKenzieACK: Formação de Professores: Desafios Atuais e VI Seminário PIBID PUC/SP. O evento pretende compartilhar os projetos de intervenção junto aos professores das

escolas públicas da educação básica desenvolvidos pelo PIBID(Programa de Bolas de Iniciação à Docência). O evento se estenderá por todo o dia com a participação de professores e alunos da Faculdade de Educação. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones 3670-8162/8160

Lançamento de livro dissecam a Elite do Atraso


No dia 27/11, segunda-feira, acontece no auditório superior do Tuca o lançamento do livro A Elite do Atraso, da escravidão à Lava-Jato, de Jesse Souza, pela editora Leya. O lançamento é promovido pelo curso de Relações In-

ternacionais da PUC-SP e pelo Grupo de Pesquisa Contratações Públicas e Grupo de Pesquisa Direito, Liberdades e Diferenças. Durante o evento haverá um debate com o professor Luiz Felipe de Alencastro.


Convite

Para a cerimônia de homenagem ao **Prof. Dr. José Paulo Netto**, que completa seus 70 anos.

Data: 30 de novembro de 2017 (quinta-feira)
Horário: 18h
Local: Auditório 333 - 3º. Andar
Campus Monte Alegre
PUC/SP - Perdizes
São Paulo - SP



Na oportunidade será lançado o livro "José Paulo Netto: Ensaios de um marxista sem repouso", com textos de José Paulo Netto, organizado por Marcelo Braz.



CORTEZ EDITORA
CORPORATIVA DE CULTURA E EDUCAÇÃO

